



## A PEDAGOGIA DAS MULHERES NEGRAS NO SÉCULO XIX: DORORIDADE E RESISTÊNCIA

Adriana Minervina da Silva

Doutora em Teoria da Literatura

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: [adrianaminervina@gmail.com](mailto:adrianaminervina@gmail.com)

Este estudo é parte de uma tese de doutorado que tem por objetivo analisar a narrativa de *Um defeito de cor*, da escritora Ana Maria Gonçalves. Nesse recorte, propomos observar no romance citado momentos em que a pedagogia das mulheres negras contribui como movimentos de resistência à violência colonial. Ambientada no início do século XIX, a narrativa abarca a história de vida de Kehinde, uma mulher negra, nascida em Savalu, África, capturada e trazida ao Brasil para ser escravizada ainda quando criança. Ao longo de sua vida, Kehinde enfrenta muitos desafios pela necessidade de conviver em uma sociedade escravocrata, sob os efeitos da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), de gênero (LUGONES, 2014) e de tantas outras violências. Nesse contexto, Kehinde sofre diversos abusos, partilhando a dororidade (PIEIDADE, 2017) entre as demais mulheres negras as quais convivia, aprendendo delas estratégias diversas de como sobreviver estando exposta a uma vida de hostilidades, cultivando em si a força necessária para obter sua liberdade e sucesso financeiro. Entre tais ensinamentos, destacamos, a sabedoria ancestral, a manutenção da fé, os ofícios ensinados/aprendidos, o despertar da consciência de sua condição de escravizada.

**Palavras-chave:** Violência colonial; Pedagogia das mulheres negras; Um defeito de cor.

### Introdução

Uma das marcas mais relevantes do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves é a sua ambientação histórica. A narrativa é situada no século XIX, nos anos

de 1800, período marcado pelas relações de poder e pela escravização de pessoas negras. Todo o contexto social, político, histórico e cultural desse importante momento está entrelaçado nas tessituras do texto, apresentando ao leitor novos pontos de vista sobre acontecimentos históricos há muito tempo já conhecidos da História do Brasil Colônia e Império. As muitas violências decorrentes do processo de escravização de pessoas negras ganham destaque ao longo de toda narrativa.

Sendo o comércio de escravos uma prática lícita, durante muito tempo era comum a utilização da mão de obra de pessoas negras nascidas no Brasil ou em algum país da África para todos os tipos de atividades, desde trabalhos domésticos até a agricultura. A partir da diáspora negra, homens e mulheres que foram escravizadas eram obrigadas a abandonar sua identidade cultural de origem e adotar a cultura colonizadora como sua a partir de então. Sendo esse processo complexo, difícil e nada pacífico, acontecem a partir daí uma série de conflitos que resultam em novos elementos culturais que afetam o modo de vida e trabalho de todas as pessoas.

Nesse sentido, *Um defeito de cor* relata diversos conflitos ocorridos na História do Brasil a partir da narrativa literária. É, por isso, considerado um romance histórico. A narrativa se concentra em apresentar a vida da personagem Kehinde, mulher de origem africana, nascida em Savalu, Reino de Daomé, que é capturada ainda na infância e trazida para o Brasil para ser vendida como escrava.

Na minha primeira manhã na senzala grande, antes do sol nascer, o Eufrásio e seus homens já estavam berrando que éramos um bando de preguiçosos. Algumas pretas tinham se levantado primeiro e a comida já estava servida no descampado logo à saída, e não passava de um mingau ralo de farinha e água, onde boiavam alguns pedaços de toucinho (GONÇALVES, 2016, p.115).

A obra apresenta diversos momentos da rotina dos escravizados, bem como seus movimentos de resistência a toda aquela realidade hostil e violenta. Após passar por diversos sofrimentos, ela consegue sua liberdade e sua emancipação financeira, tornando-se uma mulher intelectual profundamente afetada pela literatura e pelas experiências transformadoras que vivencia.

Todos esses elementos presentes em *Um defeito de cor* propõe uma leitura desse romance além das relações entre colonizador/colonizado. Propõe-nos uma compreensão do contexto histórico daquela época e de personagens que conseguem, apesar das condições adversas, ter uma história de vida diferenciada a partir do contato com a

literatura, de ensinamentos partilhados a partir de uma pedagogia específica, desenvolvida, principalmente, pelas mulheres negras e do encorajamento mútuo, reconhecido através da dororidade. Tais questões são de grande importância para a abordagem aqui proposta, sobre as quais trataremos a seguir.

### **As colonialidades (do poder e de gênero) e a violência colonial**

Em seu importante estudo *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, Quijano (2005, p.107), afirma que em seu sentido moderno, a ideia de raça não tem história conhecida antes da América, e que provavelmente essa ideia tenha se originado a partir das “diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados”. A partir desse pensamento, formam-se identidades sociais historicamente novas, a saber, “índios, negros e mestiços”, redefinindo outras, como “espanhol, português” e, posteriormente, “europeu”, que passam a não mais definir apenas o local de origem, mas passam a adquirir uma conotação racial.

Ao passo que as relações coloniais estabelecidas se firmavam como relações de controle e dominação, essas novas identidades adquirem uma conotação hierárquica, associadas a lugares e a papéis sociais. Assim, as categorias “raça” e “identidade racial” tornaram-se o critério básico de classificação da população. As diferenças fenotípicas, com o passar do tempo, são denominadas de “cor” e passam a ser a principal característica da classificação racial, mantendo-se a ideia de hierarquia racial. A si mesmos, os colonizadores denominavam-se de “brancos”, a raça dominante. Todas as demais identidades raciais são consideradas inferiores dentro do sistema colonial.

Toda essa discussão nos mostra que a ideia de raça foi peça chave para o processo de conquista territorial e de dominação proposta pelo sistema colonial. Além disso, conforme afirma-nos Quijano (2005):

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p.107).

A ideia de raça passa a dar legitimidade às relações de dominação colonial tornando-a algo natural, não se aceitando a possibilidade de existência de outra cultura além da dos brancos, já que toda a elaboração de conhecimento reconhecido era apenas o eurocêntrico. Com isso, verificamos que o sistema colonial mantinha o controle da realidade das populações conquistadas em diversos âmbitos: político, econômico, social e cultural. E cada vez mais intensificavam-se as relações de poder estabelecidas, sendo a posição dos colonizadores como superior e a dos povos colonizados como inferiores. Isso influencia não só as relações de raça, mas também as de classe, divisão social do trabalho e de gênero. É esse modo organizacional de estruturação, dominação e opressão do sistema colonial que Quijano (2005) chama de “colonialidade do poder”.

Essa questão se torna evidente no contexto da narrativa de *Um defeito de cor*, principalmente quando pensamos a violência colonial atrelada a questão de gênero. Diante do contexto colonial, “só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécie não humanas” (LUGONES, 2014, p.936). Despidos de sua humanidade, eram considerados meramente animais selvagens. Apenas o homem branco, europeu, colonial era humano, civilizado, um ser de mente e razão. A mulher branca, europeia, colonial, educada para ser uma boa esposa e mãe, servia ao senhor e reproduzia a sua raça, como uma peça integrante no processo de funcionamento desse sistema.

Assim, de acordo com essa hierarquia dicotômica, somente os colonizadores eram considerados humanos, as populações colonizadas eram vistas como “machos e fêmeas”. É essa forma de opressão de gênero, marcada pela categorização de raça e pela violência do sistema colonial que Lugones (2014, p.941) chama de “colonialidade do gênero”. A colonialidade do gênero contribui para que possamos pensar nas relações de gênero ou de distinção sexual no período vigente da colonialidade do poder.

Além disso, podemos perceber que tal conceito não está distante de nós, mesmo nesses tempos pós-coloniais, pois percebemos que as violências de gênero permanecem na sociedade de modo verbal, físico ou simbólico, talvez como resquícios do pensamento de controle imperialista. Podemos citar o machismo, o racismo e o sexismo como exemplos dessas formas contemporâneas de exclusão e opressão.

A exemplo disso, destacamos em *Um defeito de cor*, um dos momentos fortes em que podemos perceber a ação da colonialidade do poder e de gênero, quando a protagonista Kehinde é sexualmente violentada pelo seu dono, o senhor José Carlos.

O sinhô José Carlos perguntou se eu achava que ia conseguir escapar e nada respondi, nem mesmo olhei para ele, porque eu achava que sim, que depois do acontecido ele não ia mais insistir. Mas, além disso, da insistência, ele conseguiu ser muito mais vingativo do que eu poderia imaginar, ao entrar no quarto e dizer que a virgindade das pretas que ele comprava pertencia a ele, e que não seria um preto sujo qualquer metido a valentão que iria privá-lo desse direito. [...] Eu encarava os olhos mortos do Lourenço enquanto o sinhô levantava a minha saia e me abria as pernas com todo o peso do seu corpo, para depois se enfiar dentro da minha racha como se estivesse sangrando um carneiro. [...] Eu queria morrer, mas continuava mais viva do que nunca, sentindo a dor do corte na boca, o peso do corpo do sinhô José Carlos sobre o meu e os movimentos do membro dele dentro da minha racha, que mais pareciam chibatadas (GONÇALVES, 2016, p.170-171).

A relação de propriedade do senhor José Carlos para com Kehinde é claramente assumida nesse trecho. Sendo de sua propriedade, teria ele direito de possuir suas escravas, inclusive as virgens, quando ele desejasse. A posse do corpo representa também o sistema de dominação simbólica, os seus donos não dispunham apenas dos serviços manuais de seus escravos, mas da vida deles como um todo. O escravo teria a obrigação de satisfazer o seu dono em todos os âmbitos que ele desejasse. Somado a isso, um conjunto de violências e torturas faziam parte da rotina diária dos escravos.

Ao refletir essa realidade em *Um defeito de cor*, faz-se necessário considerar a influência dessas categorias como gênero e raça no contexto brasileiro, e assim, podemos compreender esse universo na formação da mulher negra brasileira. E sobre isso, Sueli Carneiro (2019, p.272) afirma que “a leitura articulada de diferentes categorias/marcadores sociais vem para ampliar o alcance do entendimento acerca das opressões e discriminações, bem como as distintas formas como os sujeitos são afetados”. Essas articulações contribuem para que compreendamos esse processo formativo das mulheres negras em sua historicidade e suas consequências.

Para Abdias Nascimento (1978), a herança do contexto histórico que permeia as vivências das mulheres negras tem provocado profundas consequências, pois

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social e, total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (NASCIMENTO, 1978, p.61).

Com isso, a luta em favor da vida e contra todos esses tipos de exploração tornou-se uma constante. Era preciso buscar meios de se prepararem para aquela realidade violenta. Em seu processo de formação, as mulheres negras não eram autorizadas a adquirir conhecimentos formalmente, por isso, desenvolviam estratégias de se ajudarem entre si, compartilhando experiências, formas de desenvolver trabalhos e ainda maneiras de ver o mundo, cultivando umas nas outras, a esperança de tempos melhores. A esse tipo de partilha afetuosa, mas também, estratégica chamamos de pedagogia das mulheres negras.

### **A pedagogia das mulheres negras no século XIX: dororidade e resistência**

Discutir sobre a formação de mulheres negras, de um modo geral, é uma tarefa complexa, já que, conforme discutido anteriormente, historicamente elas tiveram seus direitos e sua subjetividade negadas pelo sistema imperialista, a colonialidade do poder e de gênero. Nesse sentido, são muitas questões que perpassam a ideia de uma educação formal para pessoas negras. Sobre isso, Djamila Ribeiro (2019), nos aponta possíveis razões que dificultaram o acesso das pessoas negras de um modo geral à educação formal. Para a autora,

É importante lembrar que, apesar de a Constituição do Império de 1824 determinar que a educação era um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas. A cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação. (RIBEIRO, 2019, p.6).

Dessa forma, compreendemos que mesmo quando libertos, não era possível ter acesso a uma educação formal, algo que só se democratizou tempos mais tarde e que ainda assim, é uma realidade a que nem todas conseguem acessar. Dentre as dificuldades mais frequentes estão as condições sociais e econômicas, pois a prioridade sempre será o trabalho para que se possam suprir às necessidades básicas, como alimentação, vestuário, manutenção da casa e garantir a sobrevivência de si mesma e não raro, de toda a família.

Diante desse contexto adverso, as mulheres negras sempre se mantiveram fortes e tentaram vencer as dificuldades apoiando-se umas nas outras. Destacaram-se ao se organizar politicamente numa perspectiva interseccional, onde suas subjetividades

pudessem ser ouvidas e respeitadas. Passaram a perceber que, estando neste lugar de subalternização e de fronteiras (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016), é a partir daí que devem se posicionar e buscar os meios de engajarem-se nas lutas.

Com isso, é importante compreender que a transmissão de saberes se dá a partir de um trabalho colaborativo, de uma pedagogia desenvolvida pelas mulheres negras para que pudessem partilhar seus conhecimentos, transmitindo a sabedoria ancestral. É um movimento frequente, afetuoso, de demonstração de cuidado entre si e, principalmente, de resistência, pois também tinha por objetivo manterem-se vivas diante daquela realidade opressora.

Segundo Patrícia Hill Collins (2020, p. 149), “o conhecimento desprovido de sabedoria é adequado para quem detém o poder, mas a sabedoria é essencial para a sobrevivência do subordinado”. Para as vivências das mulheres negras, precisamos considerar que a transmissão de conhecimentos sem a sabedoria adquirida ao longo do tempo não teria o mesmo impacto transformador na vida dessas mulheres. É essa sabedoria ancestral ensinada e aprendida que garante a sobrevivência daquelas que vivem nas margens e desde elas resistem.

Nesse sentido, Kehinde tem sua história de vida marcada pela presença de muitas mulheres que sempre a acolheram, ajudaram, protegeram e ensinaram. Sua mãe e a avó, por exemplo, desempenham importante papel na sua formação. Kehinde vem ao mundo em uma gestação gemelar e mantinha sempre uma ligação forte com sua irmã Taiwo. “Ficávamos olhando nos olhos e sorrindo por cima do ombro dela, e é por isso que a primeira lembrança que tenho é dos olhos da Taiwo” (GONÇALVES, 2016, p.21). Porém, sua família sofre ataques em Salavu, sendo sua mãe e seu irmão assassinados. Após a morte deles, Kehinde segue viagem com sua avó e sua irmã.

Em Uidá acontece a captura das meninas para serem vendidas e escravizadas no Brasil. Sendo responsável por elas, a avó prontamente dá um jeito de também embarcar e seguir viagem com as netas. Contudo, somente Kehinde chega viva ao final da viagem, sendo obrigada a despedir-se da irmã e da avó ao longo do trajeto. No navio, antes de morrer, sua avó rezava pedindo proteção e conversava, instruindo-a sobre a sua fé:

Durante dois dias ela me falou sobre os voduns, os nomes que podia dizer, as histórias, a importância de cultuar e respeitar os nossos antepassados. [...]

Então, mesmo que não fosse através dos voduns, ela disse para eu nunca me esquecer da nossa África, da nossa mãe, de Nanã, de Xangô, dos Ibêjis, de Oxum, do poder dos pássaros e das plantas, da obediência e respeito aos mais velhos, dos cultos e agradecimentos. A minha avó morreu poucas horas depois de terminar de dizer o que podia ser dito (GONÇALVES, 2016, p.61).

A fé repassada será resgatada no futuro, quando ela terá oportunidade de participar de um ritual de iniciação de culto aos voduns. Assim, os últimos ensinamentos da avó são profundamente valiosos para Kehinde, pois ela recorre a eles em diversos momentos, principalmente buscando a proteção dos filhos quando ela se torna mãe. A fé aprendida será alimentada ao longo de toda a sua vida, mesmo tendo a imposição da doutrina católica em sua vida, Kehinde sabe lidar muito bem com essas diferenças, o que não a faz fraquejar no culto aos orixás e, principalmente, a Oxum, a quem ela demonstra gratidão e devoção.

Outra importante figura na vida de Kehinde e de seus aprendizados foi a Esméria. Quando Kehinde chega à casa grande do sinhô José Carlos, Esméria é a primeira escravizada que a recebe. De imediato, ela se comove ao ver uma menina tão pequena, tendo o mesmo destino que o seu, viver em condições subalternizadas por um sistema opressor, que não os reconhecia em suas subjetividades.

Enquanto comia, com gosto e fome, ela me olhava com pena e carinho, e quando devolvi o copo vazio, falou em iorubá que eu tinha que aprender logo o português, pois o sinhô José Carlos não permitia que se falassem línguas de pretos em suas terras, e que qualquer coisa de que eu precisasse era para falar com ela, que se chamava Esméria. (GONÇALVES, 2016, p.74).

Esméria se torna uma segunda mãe para Kehinde, acolhendo-a, protegendo-a de todas as formas que pode. É por meio do cuidado de Esméria que a menina desde cedo compreende sua condição de escravizada e observa as muitas consequências. Esméria atua assumindo para si a importante missão de ensinar a menina como sobreviver naquele contexto, o ofício na casa grande, os cuidados com a sinhazinha e como se portar diante do dono da casa. “A Esméria recomendou que eu me comportasse bem, nunca dizendo nada que não fosse perguntado, nunca fazendo o que não fosse pedido e nunca desobedecendo ou questionando” [...](Gonçalves, 2016, p.76).

É possível de se observar que Esméria se solidariza pela condição de Kehinde, muito parecida com a dela e de tantas outras mulheres negras que ali chegavam na mesma situação, para cumprir o terrível destino a elas designado: a escravização. Nesse sentido, elas estavam unidas pelo que a professora Vilma Piedade (2017) chama de “dororidade”.

Essa palavra vem a ser algo correlata ao tão conhecido movimento de “sororidade”, pela união entre as mulheres, mas que, segundo a autora, não atende bem as demandas de mulheres pretas. “Sororidade, etimologicamente falando, vem de sórora- irmãs. Dororidade, vem de Dor, palavra-sofrimento. Seja físico. Moral. Emocional” (Piedade, 2017, p.17).

A dororidade é um conceito que abarca, de modo mais preciso, a vivência de mulheres negras, cuja experiência de vida perpassa violências como racismo, criando estereótipos vários e deixando marcas traumáticas.

Sororidade une, irmana, mas Não Basta para Nós – Mulheres Pretas, Jovens Pretas [...]. Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo[...]. A Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor (PIEDADE, 2017,p.17)

A autora afirma que a dor é uma velha conhecida das mulheres pretas, pois suas vidas são frequentemente atravessadas por injustiças, racismo, violência, invalidação, silenciamento e muitas outras situações que provocam dores, sejam elas físicas ou emocionais. E a partir da escravização, homens e mulheres pretas foram coagidos a conviverem com diversas formas de exploração com impactos que podem ser observados até a contemporaneidade. “A escravidão violou nossos direitos, nossa língua, cultura, religião, nossa vida, enfim... [...] Então inventaram que Nós, Pretas e Pretos somos mais “resistentes” à dor. E, Resistir, verbo na sua forma infinitiva, é o que fazemos, todo dia, toda hora, frente ao Racismo” (PIEDADE, 2017, p.19 ).

Esméria em sua atuação maternal com Kehinde contribui para que esta consiga aprender a como se manter viva diante daquela realidade opressora, desenvolvendo assim um movimento de resistência a partir de uma pedagogia própria, específica das mulheres negras que, apesar das violências, persistiam no aprendizado dos ofícios a partir de afeto, de uma troca baseada no cuidado, na amizade, numa maternagem exercida de modo ancestral. Esméria acompanha Kehinde quando ela consegue a liberdade e decide ir embora da casa grande, morre em liberdade, junto a família que Kehinde construiu em terras brasileiras.

Como último movimento de resistência a partir da pedagogia negra, destacamos a participação de Kehinde na Revolta dos Malês, descrita no livro. Em *Um defeito de cor*,

conhecemos diversos fatos históricos relatados a partir da perspectiva dos negros. Entre eles, está a Revolta dos Malês, que tinha por objetivo lutar contra o sistema colonialista em favor da libertação dos escravizados. De acordo com a narrativa, essa revolta foi organizada por escravizados em sua maioria muçulmanos, que se encontravam secretamente e saíram em luta efetiva contra os imperialistas.

Por onde passávamos, eu sentia os outros pretos nos olhando como se quisessem dizer que estávamos todos juntos, que eles sabiam que éramos um deles. [...] Era uma sensação estranha, uma vontade de me vingar, de atacar alguém com a Parnaíba que tinha nas mãos, principalmente quando via um dos nossos sendo atingido, o abadá branco manchado de sangue no lugar perfurado pela bala. (Gonçalves, 2016, p.517-526)

Esse excerto acima descrito mostra o sentimento de revolução por parte dos escravizados e o desejo de conseguir a tão sonhada liberdade. Embora ainda não tenha sido nesse momento a libertação dos escravizados, tal movimento foi de extrema importância para reafirmar que os escravizados não eram passivos a violência e a coerção sofridas, mas sim buscavam meios de se impor e resistir ao contexto de violência que viviam. Kehinde desde criança percebe a hostilidade das relações coloniais e sempre buscou posicionamentos em favor dos seus, reafirmando que sua resistência é um importante questão a se refletir ao longo de toda narrativa.

### **Considerações finais**

Ao longo deste estudo, buscou-se refletir sobre a pedagogia das mulheres negras em *Um defeito de cor*, da autora Ana Maria Gonçalves, bem como a identificação com o conceito de dororidade, fato motivador para a compreensão de movimentos de resistência que acontecem em toda a narrativa. Estando em um contexto violento, opressor e controlador, Kehinde busca forças para conseguir superar as dificuldades e sobreviver diante daquela realidade.

A colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e a colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) agiam em favor dos colonizadores, categorizando pessoas e oprimindo-as. Com isso, as relações coloniais eram pautadas em dominação, controle de corpos, submissão e subserviência. As mulheres negras historicamente silenciadas e subjetivamente invalidadas precisaram desenvolver uma pedagogia própria para

transmitir os ensinamentos necessários a seus pares, para garantia do aprendizado ancestral e, principalmente, pela sobrevivência.

Em *Um defeito de cor*, Kehinde apresenta diversos movimentos de resistência, fruto de seus aprendizados e de suas experiências com a pedagogia das mulheres pretas, pautada num processo de compressão, cuidado, afeto e consciência de si. Unidas pela dororidade (PIEADADE, 2017), as mulheres pretas se ajudam mutuamente, acolhendo e transmitindo os saberes necessários para manutenção da própria vida.

Nesse sentido, Kehinde consegue superar as dificuldades a partir dos seus movimentos de resistência, entre eles, citamos, o aprendizado da fé através da avó, os cuidados de Esméria, que a tratava como uma verdadeira filha e o seu envolvimento na luta da Revolta dos Malês, que visava a liberdade plena dos escravizados. Com isso, reafirmamos que a pedagogia das mulheres negras contribuiu muito para a formação da personagem Kehinde ao longo da narrativa e que a união entre essas mulheres possibilitou a identificação entre elas a partir da dororidade, dos sofrimentos os quais passaram. *Um defeito de cor* é um campo fértil de episódios em que percebemos a ação da pedagogia das mulheres negras, movimentando e ressignificando as vivências de personagens como a Kehinde, que carrega em si a ousadia da inconformidade e do desejo de lutar pelos seus.

### **Referências bibliográficas**

BERNARDINO-COSTA, Joaze. GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, vol 31, no.1, janeiro-abril, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecendo o feminismo**. Revista Ártemis, vol XXVII, n.01; jan-jun, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón.(Org). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.22, n. 320, p.935-952, setembro/dezembro, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A; 1978.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.